



CIDADANIA COMUNICATIVA NÃO CONTA CROMOSSOMOS: pessoas com síndrome de Down em inter-relações com os processos comunicacionais¹

COMMUNICATIVE CITIZENSHIP DOESN'T COUNT CHROMOSOMES: people with Down syndrome in interrelations with communication processes

Felipe Collar Berni ²
Alberto Efendy Maldonado³

Resumo: O texto apresenta os achados da pesquisa que buscou reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down (SD/T21). Retoma pressupostos epistemológicos que (re)posicionam “pessoas com deficiência” como sujeitos que interessam, adotando um giro decolonial nos estudos de mídia e deficiência, a elaboração artesanal do conceito de cidadania e a postura transmetodológica de pesquisar-junto. A investigação seguiu três eixos: competências comunicacionais de pessoas com SD; mobilização da SD em produtos comunicacionais; e atuação de influenciadores com T21 em redes sociais. Em coprodução com pessoas com SD, a pesquisa utilizou-se de conversatórios, netnografia, análise de conteúdo e análise filmica para identificar sete características que ajudam a reconhecer sua cidadania comunicativa. O estudo também aponta novas frentes de investigação e intervenção em prol da cidadania.

Palavras-Chave: Cidadania comunicativa. Pessoas com síndrome de Down. Transmetodologia.

Abstract: The text presents the findings of research aimed at recognizing the communicative citizenship of people with Down syndrome (DS/T21). It revisits epistemological assumptions that (re)position "people with disabilities" as subjects of interest, adopting a decolonial turn in media and disability studies, the artisanal development of the concept of citizenship, and a transmethodological approach of researching-with. The investigation followed three axes: the communicational competencies of people with DS; the mobilization of DS in communication products; and the role of influencers with T21 on social media. In co-production with people with DS, the research employed conversational sessions, netnography, content analysis, and film analysis to identify seven characteristics that help recognize their communicative citizenship. The study also highlights new avenues for research and intervention in support of citizenship.

Keywords: Communicative Citizenship. People with Down Syndrome. Transmethodology.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com pesquisa financiada pela Capes. É professor de Jornalismo da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Integra o grupo de pesquisa Processocom (Unisinos/CNPq) e a Rede Amlat. E-mail: felipe.collar@ufrr.br.

³ Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos e permanente *ad honorem* do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGeM/UFRN). Titular da Cátedra Michèle e Armand Mattelart do CIESPAL. É fundador do grupo de pesquisa Processocom e coordenador da Rede Temática de Cooperação Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede Amlat). E-mail: efendymaldonado@gmail.com.

1. Abertura

Pessoas com síndrome de Down, para nós, são pessoas que interessam. Um interesse multidimensional, por assim dizer: envolve suas correspondências com a ciência, com os processos midiáticos e com o ordeiro da vida comum e cotidiana. Isso por entender da indissociabilidade entre o desenvolvimento de projetos científicos compromissados com a cidadania, a emancipação e o bem-viver (Maldonado, Collar Berni, Santos e Andrade, 2024). De toda forma, trata-se de um interesse que precisa ser constantemente disputado.

A história nos apresenta diferentes mecanismos que, ao longo do tempo, foram mobilizados para segregar, excluir e descartar o *Outro deficiente*: abandono, reclusão e ignorância figuram entre eles. No campo da produção do saber, negligenciar o conhecimento *de/sobre* “*pessoas com deficiência*” (PCD)⁴ constitui um recurso instrumental para a manutenção do *status quo, para a perpetuação* das prioridades investigativas e propositivas e para o fortalecimento das castas sociais, que delegam as “*pessoas com deficiência*” (e outros grupos sociais minoritários) à condição de *ninguéns*, cidadãos de segunda classe. É a própria *não-cidadania* compassada com a engrenagem do capitalismo. Corpos deficientes, nesse contexto, são assumidos como descartáveis e inválidos. A cidadania, como problematiza Adela Cortina (2020), configura uma contrapartida, uma moeda de troca, onde apenas aqueles/as que movimentam as estruturas capitalistas e jogam conforme suas regras têm direito ao acesso dos benefícios normativos e tornam-se *alguéns*.

Este texto socializa as principais problematizações e achados da pesquisa que acompanhou nosso processo de doutoramento (Berni, 2024). O esforço principal da nossa tese foi posicionar as “*pessoas com deficiência*” no centro das investigações em comunicação, somando esforços para o avanço de um campo que ainda se encontra em um estado de incipiência em relação a esse coletivo tão plural e diverso. O baixo volume de conhecimento sobre os hábitos, práticas e relações de PCD junto aos processos comunicacionais e midiáticos deixa suas marcas em todo o ecossistema midiático, como num regime de retroalimentação de práticas comunicacionais pouco interessadas em garantir acessibilidade para esse público se

⁴ A opção por essa expressão decorre de sua (auto)afirmação por parte do movimento, especialmente após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida pela Organização das Nações Unidas em 2006. No entanto, as aspas e o itálico que acompanharão essa expressão ao longo do texto – por decisão política e epistemológica – sinalizam uma proposição de reflexão sobre os sentidos e significados que as palavras carregam e comunicam. Como aliados, apresentamos nossas contribuições com o objetivo de qualificar e fortalecer a luta pela construção de novas compreensões e possibilidades para esse grupo, ao mesmo tempo em que reconhecemos o direito à autonomeação.

inter-relacionar de maneira livre e autônoma com seus produtos e processos. Isso se reflete na mobilização estigmatizadora, preconceituosa e limitante desses corpos em suas produções; na exclusão de trabalhadores/as com deficiência dos processos midiáticos; e no não reconhecimento das PCD como público, o que resulta na ausência de conteúdos que considerem suas preferências.

No campo da comunicação, percebe-se uma lacuna na produção de conhecimento sobre "*pessoas com deficiência*" e suas inter-relações com os processos comunicacionais e midiáticos. Quando concentramos a discussão nas particularidades das pessoas com síndrome de Down, o horizonte nos parece ainda mais desconhecido. Esse cenário nos impele a assumir um compromisso científico de articular movimentos e análises tidos como inaugurais – especialmente quando comparados a outros grupos sociais com um protocolo e uma bagagem de investigações já consolidados – para então alcançar e articular de maneira complexa e multidimensional conhecimentos capazes de transformação mútua na inter-relação entre PCD e processos midiáticos. É descobrir para reconhecer. Acreditamos que o mundo e suas dinâmicas se relevam perguntando. A potência da pergunta foi bastante utilizada como recurso investigativo. Assim, questionando e explorando uma interface ainda em estado de consolidação, é que conseguiremos ser capazes de avançar na inserção das demandas que as "*pessoas com deficiência*" têm em relação a nós – a "Comunicação" – e nós em relação a elas.

Desta forma, delineamos nossa problemática com o questionamento posto: *que usos e apropriações pessoas com síndrome de Down realizam dos processos comunicacionais e midiáticos, e que características ajudam a reconhecer a cidadania comunicativa deste coletivo?* Assumindo uma perspectiva multidimensional, interseccional e inserida no contexto dos processos midiáticos, vislumbramos o tensionamento de três eixos a partir dos quais buscamos reconhecer a cidadania comunicativa Down: as competências comunicacionais de pessoas com SD; a mobilização de sujeitos com T21 em produtos midiáticos; e o fazer comunicação por influenciadores com síndrome de Down.

Com isso, para além dos achados diretos que a pesquisa proporcionou e que serão compartilhados na sequência deste texto, a tese apresenta, de maneira mais ampla, contribuições epistemológicas para se pensar a interface Mídia e Deficiência a partir de um giro decolonial nessa agenda de pesquisa, e ajuda a defender uma postura de pesquisar-junto

de PCD por meio de desenhos *anticapacitistas* e *transmetodológicos*.⁵ Desse modo, essa jornada celebra o próprio direito e exercício à *cidadania científica* (Maldonado, 2011).

Temos, portanto, um conhecimento produzido coletivamente. Coletivo este que não se resume à relação orientando-orientador, tampouco se limita aos espaços formais de produção científica. Ao contrário: é coletivo pela própria incompletude da ciência, pelo legado de nossos pesquisadores, pelas sabedorias de outras ordens e, sobretudo, pela presença, influência e coparticipação dos sujeitos com SD, que orientaram, desestabilizaram e ajudaram a reconhecer as características possíveis de suas cidadanias comunicativas.

A sequência deste texto está organizada em dois tópicos: o primeiro apresenta os alicerces teórico-metodológicos que sustentaram nossa jornada; o segundo dedica-se a apresentar os coprodutores, os movimentos e os achados. De antemão, registramos que a pesquisa inaugura uma agenda de investigação possível, sinalizando caminhos para que novas jornadas possam ajudar a reconhecer, garantir e ampliar o exercício da cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down.

2. Cidadania, deficiência e transmetodologia: disputas epistemológicas

A disputa por significações e compreensões alternativas à lógica moderna, colonialista e *capacitista* foi um denominador comum que atravessou os três eixos-chave da formulação teórico-metodológica da nossa pesquisa. Trata-se de disputar a cidadania a partir de uma artesania contextual que permita sua compreensão e experimentação. É um movimento que busca romper com leituras patológicas sobre a noção de deficiência, deslocando a problemática do âmbito individual para o coletivo, para a sociedade e seu projeto hegemônico de sustentação. Com isso, buscamos formular estratégias metodológicas capazes de contribuir verdadeiramente para a construção de um conhecimento potente e robusto, capaz de transformar realidades – desde as pequenas práticas do dia a dia até rupturas estruturais e culturais.

Descolonizar a deficiência é parte de um movimento subversivo, ético e com vistas a construção e experimentação de um mundo outro. Ou seja, um contra-ataque epistemológico.

⁵ Transversal a nossa formação, a transmetodologia “se apresenta no fazer cotidiano de cada um de seus pesquisadores, sendo tecida a partir de rupturas e continuidades, que se apparam em um processo crítico de um fazer da pesquisa em comunicação, compromissada com a emancipação dos povos e com o exercício efetivo da cidadania” (Maldonado; Collar Berni; Santos; Andrade, 2024, p. 236).

É reafirmar que aquilo que compreendo como “deficiência” é resultado de uma convenção que estipulou medidas para padronizar e metrificar desempenhos sociais, domesticar corpos e demarcar cidadãos de primeira e segunda-classe.

A leitura sobre a *invenção da deficiência* (Diniz, 2007; Marco, 2020) apresenta o modelo biopsicossocial como pressuposto que qualifica as problematizações acerca das opressões e violências sofridas por PCD. Esse modelo amplia a análise ao incorporar elementos além dos mobilizados pelo modelo médico, que restringe a deficiência a aspectos biológicos e de saúde, sustentando-se em uma pseudo-normalidade. Em contrapartida, nuances como o cuidado, as barreiras sociais impostas às corporalidades diversas, o tempo das coisas, os padrões de desempenho, a sexualidade, os estigmas e o acesso – inclusive simbólico – a produtos culturais contribuem para complexificar as dinâmicas de pensar, entender e disputar a deficiência.

Um giro decolonial nos estudos da deficiência entende que “possibilitar novas formas e acolher novas formas de existir” (Viegas, 2021)⁶ é um antídoto possível contra a opressão social vivenciada pelas PCD. Trata-se de propor um congraçamento diverso de corpos, ritmos e experiências de *se colocar e se relacionar* com o social, em contraposição ao projeto homogeneizador e *capacitista* que prevalece e se alimenta do capitalismo. É rechaçar a invenção do “*Outro deficiente*” que confirma nossa “*normalidade*”, uma alteridade forjada a partir “de uma produção histórica e linguística, da invenção desses Outros que não somos, em aparência, nós mesmos. Porém, que utilizamos para poder ser nós mesmos” (Skliar, 2015, p. 18).

Assumir a “*pessoa com deficiência*” em sua complexidade significa adotar uma leitura plural, diversa, interseccional e multidimensional, que não a *coisifique* nem a reduza, considerando a deficiência como o único marcador possível. Desse modo,

[...] torna-se necessário em diferentes instâncias de sociabilidade - inclusive a científica - reconhecer a multidimensionalidade desse corpo no mundo: um ser vivente, pulsante, subjetivo. Uma vida que pulsa de maneira única e que repercute desejos, vontades, quereres, sentimentos, afirmações e contradições. Nesse sentido, é interessante compreender as suas identidades de maneira complexa: são pessoas com deficiência, mas também *com gênero e classe e raça e sexualidade e religiosidade e ideologias e com outros tantos marcadores*, que, quando assumidos e reconhecidos, expulsam os ideais totalizadores e homogeneizadores, modernos e eurocêntricos. (Collar Berni; Maldonado, 2024, p. 09, grifos nossos).

⁶ Informação verbal.

Essa leitura, que disputa o conceito de deficiência, repercute não apenas na processualidade científica, mas também, de forma ampla, em nossas inter-relações com esse coletivo, seja no cotidiano das vivências comuns ou como trabalhadores e pensadores da comunicação. Na conjuntura de produção de conhecimento sobre as deficiências no contexto específico do nosso campo, a interface entre Mídia e Deficiência se apresenta como um *locus* estratégico para promover benfeitorias em prol da cidadania comunicativa das PCD. O contra-ataque epistemológico que descoloniza o conceito de deficiência nos convoca a “*pensar com deficiência o campo da comunicação*”, o que significa retorcer

[...] provocativa e severamente nossos repertórios imaginativos, nossas suposições acerca do que pode e do que não pode um corpo, nossas compreensões sobre o que é ser sujeito, nossas linguagens sobre igualdade, diferença e hierarquia, nossos horizontes de desejo, nossos horizontes políticos, nossas compreensões de moralidade, nossas compreensões do que é bom, do que é íntegro, do que é completo, do que é humano, do que é compartilhado ou universal (Lopes, 2022, p. 299).

Para isso, destacamos quatro posturas possíveis para a formulação de jornadas científicas comprometidas com essa dinâmica.⁷ Elas não são as únicas possíveis ou necessárias. Assim como em um ciclo onde novas e antigas investigações se imbricam, cada problematização apresenta um contexto particular, com demandas e características específicas de espaço e tempo, exigindo dos pesquisadores uma vigilância constante para delinear o que é essencial. Nesse sentido, trata-se de uma lista de posturas que se renova de maneira assídua.

Assumir as “*pessoas com deficiência*” como *sujeitos em comunicação* – entendidos, segundo Maldonado, como “sujeitos complexos de caráter histórico, social, cultural, político, ético, estético, técnico e psicológico” (2014, p. 37), que se inter-relacionam com os meios de maneira “fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (2013b, p. 90) – é uma premissa fundamental para estabelecer bons encontros com esse coletivo em nossas pesquisas.

Isso porque ainda persiste uma influência positivista que trata as pessoas em comunicação como meros números – sejam eles de audiência, usuários, seguidores, entre outros. Essa perspectiva é simplória e não dá conta da complexidade intrínseca aos usos e apropriações que os sujeitos fazem dos processos midiáticos, pois reduz as inter-relações ao âmbito exclusivamente quantitativo.

⁷ Outras reflexões podem ser encontradas em Collar Berni e Maldonado (2024).

“Pessoas com deficiência” nas suas inter-relações com a comunicação são sujeitos/pessoas, não números. Por isso, é essencial ampliar as agendas de pesquisa que busquem ir além do acesso desse coletivo aos processos midiáticos e comunicacionais por meio de recursos e práticas de acessibilidade. Essa perspectiva ainda domina boa parte dos esforços da interface Mídia e Deficiência. Não que o debate sobre acessibilidade não seja válido – ao contrário, ele permanece urgente, dada a deficiência estrutural nos processos de produção acessível, que ainda persiste no Brasil, mesmo após 10 anos de vigência da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015).⁸

Contudo, também é urgente investigar as inter-relações simbólicas que as PCD estabelecem com produtos e processos midiáticos. Essa abordagem permite posicionar a mídia como aliada na construção de iniciativas *comunieducativas* e *anticapacitistas*, promover a inclusão de profissionais de comunicação com deficiência no mercado especializado e reformular as Escolas de Comunicação, especialmente no que diz respeito ao ensino sobre acessibilidade comunicativa e à produção de sentidos e de significados em torno das *“pessoas com deficiência”*.

Outra postura para pensar o campo da comunicação com deficiência é deslocar o conceito de deficiência das pessoas para as mídias. Investigações que adotam essa perspectiva reconfiguram profundamente as ações em prol da acessibilidade ao demonstrar que a ausência de produções acessíveis no jornalismo, no cinema, na publicidade e em outras áreas comunicacionais é um problema intrínseco aos processos midiáticos, e não às pessoas.

“As pessoas são diversas, e as mídias são deficientes” (Bonito; Guimarães, 2023, p. 95), já que essas não são concebidas para atender à diversidade sensorial do coletivo. Tensionar os processos comunicacionais como deficientes desestabiliza compreensões *capacitistas* que tratam os recursos de acessibilidade como elementos externos ao ecossistema midiático. Nesse sentido, a deficiência está na mídia, não no sujeito. “É a mídia que é incapaz de oferecer múltiplas experiências sensoriais em seus produtos. São suas rotinas e processos produtivos, engessados por uma lógica capitalista e capacitista, que forjam um público padrão e produzem exclusivamente para ele” (Collar Berni; Maldonado, 2024, p. 14).

Ainda, pensar com deficiência o campo da comunicação exige a construção de uma ciência *antiextractivista*. Isso implica desenvolver projetos duradouros e cocriados com

⁸ A legislação brasileira apresenta a acessibilidade – inclusive a comunicacional – como direito conquistado.

organizações, instituições e coletivos, tendo como horizonte não apenas a conclusão da pesquisa para atender às demandas de um Programa de Pós-graduação ou de um edital de fomento, mas, sobretudo, uma verdadeira transformação social na vida das comunidades envolvidas. Ser antiextrativista significa também adotar essa postura ao longo de todo o processo de pesquisa: nas escolhas metodológicas, no acolhimento das demandas e saberes que fogem ao padrão acadêmico e na opção por *pesquisar-junto* em vez de *pesquisar sobre “pessoas com deficiência”*.

Descolonizar a deficiência abriu caminho para nossa tecitura sobre cidadania comunicativa. Defendemos, desse modo, que não seja um conceito predefinido. Pelo contrário: ele germina de forma contextual, emergindo das múltiplas conexões e atravessamentos entre dimensões culturais, sociais, tecnopolíticas, econômicas e midiáticas que permeiam as experiências dos sujeitos.

Em função disso, mobilizamos o pensamento de Adela Cortina (2005), que, de maneira estratégica, amplia a noção de cidadania ao posicioná-la como um conceito mediador entre concepções de justiça, pertencimento e identidade, aspectos que se interligam fortemente com os processos midiáticos e comunicacionais, seja de maneira emancipatória ou não. A partir daí, emerge uma compreensão transversal às formulações quase que artesanais sobre cidadania comunicativa dos diferentes povos, coletivos, grupos, territórios e comunidades: reconhecer os fazeres comunicacionais dos sujeitos comunicantes com vistas à disputa, conquista e experimentação de um *mundo outro*. Enfim, um projeto de intervenção e transformação sociocomunicacional que abrange desde a concretude do cotidiano até os mais amplos projetos de horizonte.

A cidadania comunicativa torna-se, portanto, um campo de disputa a partir da compreensão do lugar estratégico que os processos midiáticos ocupam na formulação da inteligibilidade sobre o mundo e as coisas, bem como na formação de juízos valorativos sobre culturas, corpos e cosmologias. Cortina nos questiona (2005, p. 140): “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida?”. De maneira análoga, podemos perguntar, no contexto das PCD: como saber-se e sentir-se cidadão igual quando o próprio corpo é excluído, segregado ou forçado à adaptação?

Os processos midiáticos constroem sujeitos dignos de exercer a cidadania e mantêm os privilégios daqueles que, historicamente, se utilizam de diferentes estruturas para expandir seus *status*. Dessa forma, é possível compreender a cidadania comunicativa por diferentes

dimensões: o acesso aos meios, o direito e o exercício da comunicação, a comunicação popular, alternativa e independente, bem como a democratização dos meios de comunicação, todas essas já consolidadas e com um volume significativo de reflexões e proposições. No nosso percurso junto às pessoas com SD, interessou compreender essa questão a partir de outra entrada, que, por sua vez, atravessa todas essas dimensões, convergindo para a produção simbólica de identidades, valores, sentidos, filosofias, ideologias e cidadania.

Isto é: para tensionarmos a *cidadania comunicativa* em sua dimensão constitutiva, é inevitável entrelaçá-la com o cenário complexo de transformações na realidade comunicacional/midiática que atravessamos. Assim, observar a comunicação sob uma perspectiva sociocultural, imprescindível nas formações, experiências e ações sociais contemporâneas, requer um esforço de compreendê-la levando em consideração sua *multidimensionalidade* – econômica, política, histórica, sociológica e tecnológica, para citar algumas delas. É o reconhecimento da mídia como espaço de visibilidade, de validação e de construção de conotações valorativas.

Compreendemos a *cidadania comunicativa* como um conceito amálgama que ganha forma a partir das ligações, dos nós e misturas das diferentes possibilidades e tentativas de compreendê-la – seja como personagens de narrativas midiáticas, pela influência e participação do/a sujeito/a no processo comunicacional, no seu fazer comunicação de maneira alternativa – mas que desembocam num denominador comum: *ser quem é e ser reconhecido como*.

Essa leitura passa, necessariamente, por reposicionar os/as sujeitos/as no processo comunicativo e científico, à luz da necessidade de “transformar o mundo, contudo, de modos distintos das tentativas feitas no século XX, que lamentavelmente mostraram carências éticas, políticas, tecnológicas, psicológicas e culturais” (Maldonado, 2022, p. 10). Para observar os cidadãos nas suas inter-relações com os processos midiáticos, torna-se inevitável romper com visões estruturalistas que negligenciam ou minimizam os usos, apropriações e ressignificações que estes fazem dos conteúdos comunicacionais no momento da receptividade.

A redescoberta do sujeito permite questionar a cegueira das teorias funcionalistas e estruturalistas, sinalizando um olhar necessário para as contradições, resistências, apropriações, confluências, desvios e usos, e direcionar uma atenção sensível às suas práticas. A fim de compreendermos o *exercício da cidadania comunicativa* que se dá em diferentes dimensões a partir das inter-relações que sujeitos, mídia e instituições sociais tecem a todo o instante, tomamos como central o protagonismo do sujeito nesse processo, uma vez que o

direito à comunicação não pertence aos sistemas midiáticos, mas àqueles que exercem a comunicação como condição intrínseca à sua própria humanidade.

Em última análise, essas disputas foram possíveis e se concretizaram a partir da postura transmetodológica assumida por nossa pesquisa. Exercitar as transmetodologias significa se contrapor ao modelo dado de ciência, rejeitar a prática extrativista do conhecimento e evitar enquadrar nossas problemáticas de pesquisa em esquemas e modelos predeterminados. Também implica não excluir, de forma prévia, quaisquer sentimentos, energias, afetos, vislumbres ou encantamentos que permeiam o fazer científico.

3. Cidadania Comunicativa Down reconhecida

Reservamos este tópico para compartilhar os coprodutores e os achados dos movimentos transmetodológicos construídos para a tarefa central da tese: reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down. Não tivemos a pretensão de indicar um conjunto de características totalizadoras, tampouco de homogeneizar a leitura sobre o exercício da cidadania comunicativa. Os resultados que encontramos são compreendidos a partir do contexto, das escolhas e dos limites enfrentados ao longo da pesquisa.

Bia (26), Caio (21), Gabriel (28), Lucas (24) e Luiza (21) foram os coprodutores desta pesquisa, com quem estabelecemos contato por meio da internet. A constituição do grupo se deu a partir de marcadores como gênero, raça e territorialidade. Os diálogos se estabeleceram através de videochamada, troca de mensagens via aplicativo e acompanhamento mútuo nas redes sociais digitais. De maneira breve, destacamos algumas marcações e o perfil de cada um deles.⁹

⁹ Na tese, é possível conhecer de maneira detalhada o perfil e a história de vida midiática de cada um dos coprodutores (Berni, 2024). Aqui, por respeito a espacialidade que o artigo comporta, sintetizamos seu perfil.

TABELA 1
Perfil dos coparticipantes

Coprodutor	Breve resumo do seu perfil
Bia	Formada em Design de Interiores pelo Instituto Federal de São Paulo, Bia também é atriz, palestrante, escritora e empreendedora, administrando uma loja virtual de mandalas. Foi seu perfil no <i>Instagram</i> que solicitou amizade com o perfil pessoal deste pesquisador. A solicitação foi o “pulo do gato” que redimensionou nosso olhar para o encontro com potenciais coparticipantes da investigação a partir da ambigüidade digital.
Caio	Morador do interior de São Paulo, Caio trabalha no SESC pela manhã e possui mais de 20 mil seguidores no <i>Instagram</i> , contando com o apoio da família na produção de conteúdo. É torcedor do Palmeiras, gamer, praticante de Muay Thai e Pilates, e foi candidato a vereador nas eleições de 2024, terminando como suplente.
Luiza	Moradora do interior do Paraná, Luiza chegou à pesquisa por indicação de Bia. Formada em Publicidade e Propaganda, é atriz e <i>influencer</i> digital. Começou a produzir conteúdo quando esteve nos bastidores do filme "Colegas e o Herdeiro" ¹⁰ , que celebra o protagonismo de pessoas com síndrome de Down.
Gabriel	Gabriel é mineiro, jovem negro com síndrome de Down e intérprete de Libras. Seu interesse pela língua surgiu na APAE de seu município. Utiliza seu <i>Instagram</i> para divulgar conteúdos sobre Libras e gerencia seu perfil pessoalmente, sem contar com assessoria. Foi selecionado para a Expedição 21 na Disney em 2023. ¹¹
Lucas	Morador do litoral paranaense, Lucas trabalha como auxiliar administrativo. Diferente dos outros participantes, não produz conteúdo voltado à síndrome de Down nem participa de associações ou movimentos relacionados à condição, utilizando as redes sociais de forma mais espontânea.

FONTE – Berni, 2024, pp. 67-77.

Nossa perspectiva metodológica reconhece a transmetodologia como postura possível para disputas epistêmicas em Comunicação compromissadas com a cidadania, a emancipação e o bem-viver. Essa postura, capaz de gerar culturas científicas vivas e pujantes, está fincada em três pilares inegociáveis: a natureza coletiva da pesquisa; o comprometimento com a cultura acadêmica crítica; e a pesquisa como eixo central para a produção de conhecimento. A perspectiva transmetodológica rechaça toda e qualquer receita apriorística para a formulação de estratégias de investigação. Esse abandono nada tem a ver com facilitação; antes com uma

¹⁰ Longa-metragem foi gravado no segundo semestre de 2023 e tem previsão de lançamento para 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/colegaseoherdeiro/> Acesso em 28 mar. 2024.

¹¹ Segundo o release do experimento, “A Expedição 21 é um programa de imersão para pessoas com síndrome de Down, com foco no desenvolvimento da autonomia e a tomada de decisão na vida adulta. Além de se transformar em objeto de pesquisa científica, a experiência também virou tema de documentário.” O documentário está disponível em plataformas audiovisuais. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/conheca-o-expedicao-21-reality-show-com-pessoas-down.17df045db5707ca3ebd110078a65d9a21wfgocfq.html> Acesso em 6 jan. 2025.

constante vigilância epistêmica e uma ruptura com o comodismo, forjado em uma cultura positivista e utilitarista.

Quais características ajudam a reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down, e quais usos e apropriações esse grupo faz dos processos comunicacionais e midiáticos em prol de sua cidadania? Foi para dar conta de responder essa questão que traçamos nossa estratégia transmetodológica. Antes de apresentarmos respostas possíveis, entretanto, levantamos algumas considerações. Primeiro, é importante destacar que a construção do nosso objeto-problema foi sendo delineada ao longo da nossa caminhada. Gaston Bachelard (2006) já indicava a força da processualidade laboriosa na prática de encontrar o objeto-problema, que nunca pode ser assumido aprioristicamente. Esse juízo foi incorporado em nossa jornada.

Com isso, a partir das convivências com nossos companheiros coprodutores, abandonamos a perspectiva de uma investigação clássica dos estudos de recepção, para compreender as demandas que eles mesmos traziam para o campo da comunicação – aquilo que emergia de suas experiências, e não o que inicialmente considerávamos prioritário. Não que a receptividade, os usos e as apropriações não contribuam para a inteligibilidade da cidadania comunicativa de grupos sociais específicos – pelo contrário, são entradas potentes para isso. No entanto, percebemos que não seria suficiente nos restringirmos aos processos midiáticos e seus moldes tradicionais de produção e inter-relação.

Consideramos que esses processos servem como pano de fundo para entendermos as problemáticas estruturais e *capacitistas* que permeiam o campo midiático. Foi essa perspectiva que nos levou a considerar os processos comunicacionais construídos pelas pessoas com síndrome de Down como eixos centrais de nossa investigação. Dessa maneira, ampliamos nosso foco para compreender como essas pessoas exercem sua cidadania em contextos que transcendem os formatos tradicionais de mídia. O desejo de reconhecer as características dessa cidadania comunicativa persistiu, e é precisamente isso que buscamos sintetizar a seguir.

As nuances que expressam e nos ajudam a reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down não foram percebidas a partir de um recurso metodológico prévio, isolado e neutro, mas como reflexo de uma postura transmetodológica, assumida a partir de um desenho *anticapacitista de pesquisar-junto* de pessoas com SD, levando em conta suas idas e vindas, afetividade e vigilância. Portanto, os movimentos realizados em espaços-

tempo distintos ao longo do processo de doutoramento oportunizaram tensionar de maneira complexa e contextual as compreensões assumidas.

A pesquisa se estendeu de 2021 a 2024, atravessando uma pandemia de Covid-19, diferentes ataques à ciência, à democracia e à vida plena dos brasileiros, além do próprio desmonte do espaço em que nos valíamos para pesquisar. Isso é importante registrar, pois, direta ou indiretamente, repercute em nossa processualidade.

Lembremos que, para dar conta do nosso objetivo, traçamos três eixos de problematização. Para reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down, buscamos compreender suas competências comunicacionais. Os *conversatórios* com os coparticipantes, por meio da entrevista comprensiva (Kaufmann, 2013) foram momentos-chave e transversais para exercitarmos a posição de “escutadeiro”¹² e para conhecermos as demandas da pesquisa, do próprio campo, da indústria de comunicação e da sociedade como um todo. Seja nos diálogos individuais ou nas conversas coletivas, os encontros tornaram-se estratégicos para, inclusive, problematizar interpretações e achados dos outros eixos de problematização. Ao todo, durante nossa jornada, construímos cinco momentos distintos com nossos interlocutores: a primeira conversa; a criação de um espaço comum no *WhatsApp*; uma conversa coletiva; o monitoramento dos perfis dos coparticipantes no *Instagram*; e uma roda de conversa final.

Para avançar em outros prismas da nossa problemática – o ato de fazer comunicação por influenciadores e a mobilização de pessoas com síndrome de Down em produtos comunicacionais –, construímos outros movimentos metodológicos. O primeiro, de natureza mista, que mescla a etnografia para a internet (Hine, 2020), visa compreender os rastros digitais desses sujeitos, bem como a natureza de suas produções, suas características e seu potencial *comunieducativo*. Para tal, três usuários foram selecionados: Cacai Bauer (@cacaibauer), Vitória Mesquita (@hey.viti) e João Vitor (@jvdepaiva). Em duas oportunidades, monitoramos seus perfis: na primeira quinzena de julho de 2023 e no mesmo período em 2024. O propósito foi perceber rupturas e continuidades no conteúdo produzido e colocado em circulação no *Instagram* por esses influenciadores.

¹² Influenciados pela potência da postura de escuta defendida por Eliane Brum e Débora Diniz, cada uma a partir de posições e objetivos diferentes: como jornalista e como orientadora. De nossa parte, como pesquisadoras-aprendedoras.

Explorar as características da mobilização de pessoas com síndrome de Down em narrativas comunicacionais teve como objetivo identificar estigmas, rupturas e constâncias – ou seja, práticas comuns e hegemônicas, bem como outras possíveis – e compreender as práticas de produção de sentido que ganham circularidade na sociedade. Para isso, privilegiamos o cinema e o jornalismo como espaços de criação de narrativas, considerando seus diferentes instrumentos e materialidades.

No cinema, analisamos três produções: o longa-metragem nacional *Colegas* (2013); o curta-metragem irlandês de comédia dramática *An Irish Goodbye* (2022), vencedor do Oscar de Melhor Curta-Metragem em Live-Action na premiação de 2023; e *Campeões* (2023), uma produção da influente indústria cinematográfica estadunidense. Quanto às narrativas jornalísticas que trazem pessoas com síndrome de Down como protagonistas, tensionamos a análise em dois momentos: primeiro, a partir da práxis jornalística do *El País Brasil* no ano de 2021; e, em segundo lugar, nas produções da *Folha de São Paulo* que circularam durante o período da tese, de 2021 a 2024.

A partir desses movimentos, chegamos à formulação de sete características que sustentam nosso reconhecimento em relação ao exercício da cidadania comunicativa de pessoas com T21. Observamos, ainda, que não se pode falar em uma maneira única de exercer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down. Trata-se de uma *cidadania comunicativa multidimensional*, que assume características distintas a partir de diferentes marcações constitutivas da identidade das pessoas com SD que a exercem. Essas características não se manifestam apenas a partir das marcações identitárias, mas também levando em consideração os interesses, objetivos e desejos que constituem e movem nossas vidas. Essa é uma característica transversal, que repercute nas demais manifestações desse exercício.

Tomemos **Bia** e **Gabriel** como exemplos. **Bia** possui uma forte aderência à militância em prol das PCD e, a partir de diferentes fazeres – a escrita de seu livro, as palestras e capacitações que realiza, a condição de autodefensora que ocupa – exerce sua cidadania comunicativa dentro de um projeto mais amplo. **Gabriel**, por sua vez, também colabora com a luta *anticapacitista*, uma vez que a existência e a performance desses corpos, que insistem em experienciar a sociedade, por si só promovem tensões nas estruturas *capacitistas* que a sustentam. No entanto, o exercício da cidadania comunicativa de **Gabriel** adquire feições particulares, dadas suas afinidades com a Língua Brasileira de Sinais. A Libras é um elemento fortemente presente, que condiciona as experiências cidadãs de **Gabriel**, seja no uso que faz

de suas redes sociais digitais, nas oportunidades profissionais como intérprete ou, ainda, na condição disruptiva de ser um “*intérprete de Libras com Down*”.

A segunda característica que reconhecemos diz respeito à quebra do silenciamento historicamente imposto às pessoas com SD, por meio da construção de narrativas de vida e da externalização de suas memórias. Essa nuance se entrelaça com outra característica que também destacamos e que trazemos para reflexão conjunta: a necessidade de criação de espaços alternativos aos meios de comunicação e processos midiáticos, a fim de exercitar essa cidadania.

Ao longo da pesquisa, notamos algumas feições constantes na construção de memórias e relatos de vida das pessoas com síndrome de Down. Havia uma mobilização muito forte de narrativas sobre suas histórias pessoais. Seja por meio do uso das redes sociais digitais, onde constroem e ocupam espaços e encenam a própria deficiência, rompendo barreiras sociais que o mundo fora da internet facilmente impõe e sustenta (Oliveira, 2021); seja na construção de espaços narrativos, como o livro da própria **Bia**, *O meu mundo é o seu mundo! Relato de uma pessoa com síndrome de Down* (Campinho, 2024), e o livro da influenciadora Vity, *Atualiza: Síndrome de Down / Trissomia do 21: um guia completo para desfazer mitos sobre a Síndrome de Down e usar a linguagem correta* (Duarte e Mesquita, 2022). Essas narrativas também se manifestam pela presença em espaços formativos, como palestras e capacitações, na ocupação e presença na própria pesquisa científica, que se torna um registro e amplificador de vivências e experiências, e na construção de espaços de diálogo e letramento feitos por e para pessoas com síndrome de Down.

Rememoramos aqui um processo de construção para a efetivação da comunicação que **Gabriel** me provocou. “*Felipe, estou mandando esse áudio para te convidar para estar comigo hoje às 17h15 em uma reunião sobre diversidade e inclusão. Eu gostaria de iniciar um novo grupo de WhatsApp para pesquisa sobre síndrome de Down e queria que você participasse comigo. Porque quero que você mencione quais são as pautas de diversidade e inclusão. Perfeito? Tenha uma boa tarde e um ótimo restante de domingo!*”.

Ressabiado com um convite para uma atividade em pleno domingo, e mais, para aquele mesmo dia, entrei no link que **Gabriel** havia compartilhado. Não sabia o que esperar, tampouco quem estaria participando. Na reunião, estavam ele, sua namorada e uma jovem estudante de teatro, amiga de ambos, que também participava do movimento de T21. **Gabriel** trouxe à conversa muitas vivências e experiências e me questionava sobre o que eu “achava” daquilo.

Parecia buscar uma validação para as narrativas compartilhadas ali com as demais participantes da conversa. Tentei me desviar desse papel, buscando refletir junto com eles sobre as possíveis dimensões da comunicação e suas conexões com questões de diversidade e inclusão.

A partir dos questionamentos de **Gabriel**, fui levado a pensar sobre o próprio fazer comunicacional. Quando ele me perguntou o que eu achava da ideia de sua namorada, que é esteticista e tem síndrome de Down, criar um perfil no *Instagram*, percebemos a oportunidade que a presença desse coletivo nas redes sociais digitais pode proporcionar: uma porta se abre para tensionar e mudar a fotografia social. Por exemplo, ao mostrar pessoas com T21 atuando na área da Saúde, a produção e o compartilhamento de elementos *comunieducativos* dispersam conteúdos e mensagens que reverberam a ideia de que “sim, é possível estarem ali”, não como mera retórica, mas levantando a questão: o que muda com a presença dessas pessoas ali? São sujeitos que, antes enclausurados, dificilmente se projetavam nesses espaços.

Falamos também de cinema e teatro, a partir da especificidade da amiga de **Gabriel**, que estava conosco. Ele questionou sobre a importância de termos pessoas com SD como protagonistas. Assim, foi possível refletir sobre o baixo volume de filmes, séries e peças que mobilizam em suas histórias “*pessoas com deficiência*” como figuras centrais da narrativa. De maneira geral, essas obras são cuidadosas em relação ao retrato das PCD, partindo de um pressuposto anticapacitista – como foi o caso de *Colegas, An Irish Goodbye* e *Campeões*. O *anticapacitismo* se torna quase uma motivação/necessidade para que a obra exista. Dificilmente vemos narrativas protagonizadas por “*pessoas com deficiência*” sem nenhum tato com a causa.

O gargalo, portanto, é outro. Observa-se a necessidade de problematização da presença desses sujeitos no cotidiano das novelas, por exemplo, para ampliar o campo profissional de atrizes e atores com deficiência. Assim como temos diferentes grupos sociais apresentados no núcleo secundário da trama – ainda que cumprindo papéis de apoio, mas repercutindo e produzindo sentidos –, com as PCD, essa dinâmica é muito menos frequente.

Almejamos ações inclusivas que insiram no cotidiano das produções audiovisuais “*pessoas com deficiência*” que não serão necessariamente protagonistas da narrativa nem terão a deficiência como elemento central, mas que permitam que o simples fato de estarem ali, de serem visíveis, quebre o paradigma da exclusão. Cada vez mais, ao nos tornarmos próximos ou familiarizarmos nosso olhar com as presenças desses corpos em espaços que até então lhe eram negados, estamos diante de uma prática potente e *comunieducativa* de se pensar a comunicação. Ao mesmo tempo, é necessário estar atento a esses espaços de núcleo secundário

da narrativa, pois eles são propícios a armadilhas narrativas, nas quais a construção da personagem acaba permeada pelo *capacitismo*, fruto de uma desatenção e ignorância estrutural que ainda perdura.

Esse espaço construído por **Gabriel** teve uma potência significativa, especialmente por direcionar nossa atenção para esse *fazer comunicativo* que se desloca dos espaços tradicionais de mídia, oportunizando reflexão e letramento entre as próprias PCD em relação às suas demandas, disputas e articulação. Essa ânsia por construir espaços está diretamente ligada à ausência dos processos midiáticos na mediação e criação de inteligibilidade sobre esses coletivos. Uma vez distantes, outras práticas comunicacionais precisam ser empregadas para o exercício da cidadania, conforme registramos como compreensão desse conceito: *reconhecer-se cidadão e ser reconhecido como tal a partir daquilo que se é*.

Isso nos leva diretamente para o cerne da quarta característica: o ideal urgente e necessário de uma *comunicação outra*. Ao reivindicarmos uma outra comunicação, capaz de contribuir para o reconhecimento das pessoas com SD como sujeitos, em diversos momentos da pesquisa, seja no diálogo com os coprodutores e suas indicações sobre a necessidade de produzir comunicação para romper com aquela dada hegemônica – sustentada pela ausência de espaços para PCD e forjada, majoritariamente, por preceitos estruturais *capacitistas* –, seja na observância de práticas de silenciamento, tutela e/ou substituições de vozes em produções jornalísticas, ou ainda na mensuração de mobilizações de pessoas com síndrome de Down no cinema, notamos a necessidade de descontaminar os processos midiáticos do *capacitismo*. Essa descontaminação não é um processo simples e direto: exige projetos de políticas públicas voltados à comunicação, a reformulação das estratégias pedagógicas nas Escolas de Comunicação e a inserção de profissionais com deficiência nos espaços produtivos.

É necessário reivindicar uma outra comunicação que seja capaz de emancipar, tanto pela produção simbólica quanto pela informação. Com isso, argumentamos sobre a quinta característica: o jornalismo como uma janela possível para o mundo. Demarcamos o “possível” por reconhecer que o atual modelo de negócio do jornalismo não tem espaço para uma atuação a serviço do comum, com um viés *comunieducativo*, que oportunize não dar respostas prontas, mas criar condições para que aqueles/as que interagem com seus fluxos e produtos possam inferir sobre a realidade a partir das mediações sociais que lhes são legadas. O jornalismo como uma janela possível para o mundo demanda incluir, em seus critérios de noticiabilidade e

valores-notícia, as “*pessoas com deficiência*” – não apenas em razão de datas comemorativas, mas como sujeitos dignos de terem suas realidades, demandas, vivências e anseios pautados e discutidos.

Bia questionou o escasso número de reportagens ou notícias que abordassem, sob uma perspectiva pedagógica, os direitos das PCD. Uma vez que muitas estão reclusas em suas casas, impedidas de participar de maneira ativa da vida em sociedade por conta de preconceitos e questões de acessibilidade, o jornalismo pode ser um instrumento para a tomada de consciência, para o conhecimento de direitos e para a percepção de que a luta não é solitária, mas coletiva.

As características que reconhecemos em relação aos usos das redes sociais digitais são duas. A primeira está relacionada ao seu uso como ferramenta para um *letramento anticapacitista* e para a disputa do conceito de “normalidade”. A partir do movimento *netnográfico*, realizado junto aos perfis de influenciadores com T21 e do monitoramento dos perfis dos próprios coprodutores, observa-se, mesmo com abordagens distintas, uma forte produção de mensagens com o propósito de rechaçar o *capacitismo*. Dessa forma, formula-se um *letramento anticapacitista*, seja por meio do humor, denunciando expressões e práticas preconceituosas e estigmatizadoras, seja através do compartilhamento de vivências, experiências e denúncias sobre os efeitos do capacitismo.

São os próprios perfis nas redes sociais digitais, diante da fragilidade da mídia hegemônica em construir uma narrativa que humanize as pessoas com SD, que reúnem qualidades e promovem uma prática *comunieducativa* possível. Eles oportunizam a circulação de perspectivas, posturas e desejos que celebram uma vida digna, plena e justa para as “*pessoas com deficiência*”. Esses conteúdos, por sua vez, tensionam e desestabilizam a noção moderna/colonialista de “normalidade” ao apresentarem vivências genuínas, que, embora com ritmos e performances diferentes, celebram a normalidade na diferença: “ser diferente é normal”, e os fazeres *comunieducativos* escancaram isso.

A segunda característica aponta as redes sociais como espaços de encontro para famílias, pessoas com T21 e “*pessoas sem deficiência*”, também com o propósito de letramento, acolhimento e conexão. É a retomada da própria concepção de “rede” – um elo que interliga e conecta vivências próximas e interesses comuns – mesmo dentro das dinâmicas de governabilidade impostas pelas plataformas. Seja nos conteúdos com forte apelo pedagógico, nos diálogos estabelecidos nos comentários entre “*pessoas com deficiência*”, familiares e

amigos de PCD, como também no público em geral. O fazer comunicativo por parte de pessoas com SD torna-se um exercício potente de cidadania comunicativa, possibilitando a constituição de uma experiência cidadã por meio do encontro e da interação com os perfis Down nas redes sociais.

Cada uma das sete características que agrupamos para reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down tem, por si só, força para provocar novas jornadas científicas. Esse é um limite que reconhecemos em nossa pesquisa. Reconhecer nossos limites e permitir que eles transpareçam é importante para romper com sentimentos e pretensões totalizantes, que impõem barreiras estanques ao avanço da ciência. É justamente essa incompletude que nos coloca em movimento, justifica a importância da pesquisa científica e nos ajuda a construir vivências dignas, além de políticas públicas que efetivamente transformem nossas comunidades e possibilitem que tantos outros experienciem a cidadania comunicativa.

Retomemos a trajetória que se materializa e se lembra neste texto. Defendemos um *giro decolonial* nos Estudos de Mídia e Deficiência com vistas à concretização de outros termos para a cidadania. Por uma ciência que renuncie à *cosmofobia*, na qual apenas alguns tipos de vida importam – e esses apenas quando obedientes aos padrões da colonialidade/modernidade. Por estratégias *transmetodológicas anticapacitistas* que convidem as “*pessoas com deficiência*” a *pesquisar-junto* e não o contrário. Esse movimento é capaz de nos fazer abandonar a ignorância e afirmar que pessoas com SD existem e importam em sua plenitude para nós. Uma vez reconhecidas, ousemos lutar para consagrar e ampliar o exercício da cidadania comunicativa das pessoas com síndrome de Down. Por uma ciência a serviço da transformação social. Por práticas transmetodológicas que contribuam efetivamente para a produção de conhecimento útil e concreto, permitindo que disputemos, conquistemos e experimentemos outros mundos. “Nós não podemos nos render a essa narrativa do fim do mundo. Essa narrativa é para nos fazer desistir dos nossos sonhos”, nos aconselha Ailton Krenak (2022, p. 21).

Referências

BACHELARD, Gastón. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BERNI, Felipe Collar. **Cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down**: características reconhecidas e experienciadas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2024.

BONITO, Marco; GUIMARÃES, Luciano. (Re)Pensar as deficiências das mídias e dos processos midiáticos. In: BARBOSA, Suzana. (Org.). **#AcesseJOR: Por um jornalismo digital acessível, inclusivo e inovador.** 1ed. Covilhã: Editora LabCom, 2023, p. 91-104.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Brasília, 2015.

CAMPINHO, Beatriz de Almeida Rego. **O meu mundo é o seu mundo!** Relato de uma pessoa com síndrome de Down. São Paulo: Editora Nelpa, 2024.

COLLAR BERNI, Felipe; MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisar-junto de pessoas com deficiência: uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da Comunicação. **Anais do 32º Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

COLLAR BERNI, Felipe; MALDONADO, Alberto Efendy. Por um giro decolonial nos Estudos de Mídia e Deficiência. **Anais do 33º Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

CORTINA, Adela. **Aporofobia, a aversão ao pobre:** um desafio para a democracia. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo:** para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola; 2005.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUARTE, Alex; MESQUITA, Vitória. **Atualiza:** Síndrome de Down / Trissomia do 21: um guia completo para desfazer mitos sobre a Síndrome de Down, e ainda, usar a linguagem correta. Rio de Janeiro: Champion, 2022.

HINE, Christine. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, v. 29, n. 2, p. e181370, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOPES, Pedro. Deficiência na cabeça: convite para um debate com diferença. **Horiz. antropol.**, ano 28, n. 64, p. 297-330, set./dez., 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação:** novos desafios na prática investigativa. Salamanca-España: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013a, p. 31-57.

MALDONADO, Alberto Efendy. Cidadania comunieducativa e transmetodologia: a investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias. **Comunicação & Educação**, v. 27, n. 1, p. 5–14, 2022.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs.). **Processualidades metodológicas:** configurações transformadoras em Comunicação. Florianópolis: Insular, 2013b. pp. 87-103.

MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil.** Salamanca: Comunicación Social y Publicaciones, 2014, p. 17-40.

MALDONADO, Alberto Efendi; COLLAR BERNI, Felipe; SANTOS, Luan Correia Cunha; ANDRADE, Pedro Henrique. Transmetodologias e disputas epistêmicas em processos de investigações comunicacionais compromissados com a cidadania, emancipação e bem-viver. **Revista Eco-Pós**, v. 27, n. 3, 113-135, 2024.

MARCO, Victor Di. **Capacitismo**: o mito da capacidade. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

OLIVEIRA, Fatine Conceição. **Corpos sem filtro**: textualidades afetivas de mulheres com deficiência no Instagram. 2021. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SKLIAR, Carlos. A Invenção e a Exclusão da Alteridade "deficiente" a partir dos Significados da Normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, 2015.

VIEGAS, Luciana. **Como você acolhe as diversas formas de existir?** TEDxPelourinho, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5qvmFlMDUHQ>. Acesso em: 7 jan. 2025.